



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 27, DE 2019

(Do Sr. Nilto Tatto)

Propõe que a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realize fiscalização e controle nas ações do Ministério do Meio Ambiente e suas autarquias vinculadas, referentes às ações de monitoramento e fiscalização do desmatamento nos diferentes biomas do país, efetivadas desde 01/01/2019.

DESPACHO:
À COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

APRECIAÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente:

Nos termos dos arts. 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e com base nos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, proponho, ouvido o Plenário desta Câmara Técnica, a realização de fiscalização e controle nas ações do Ministério do Meio Ambiente e suas autarquias vinculadas, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), relativas ao monitoramento e fiscalização do desmatamento nos diferentes biomas do país, efetivadas desde 01/01/2019, com o auxílio, no que for necessário, do Tribunal de Contas da União (TCU).

JUSTIFICAÇÃO

Dados oficiais produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicam o avanço do desmatamento da Amazônia a taxas extremamente altas no primeiro semestre de 2019, comparativamente ao mesmo período de 2018. Os dados divulgados não deixam dúvidas de que há um processo descontrolado de desmatamento em curso, como mostra a figura abaixo.



Alertas do desmatamento na Amazônia Legal pelo Deter no período 01/08/2018 a 31/07/2019

Fonte: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/alerts/legal/amazon/aggregated/>. Acesso em: 05/08/2019.

Sabe-se que o Deter (Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real na Amazônia)¹ é apenas um indicativo e que a taxa de desmatamento anual da Amazônia somente será divulgada pelo Inpe no final do ano, por meio do Prodes (Programa de Cálculo do Desmatamento da Amazônia). Mas esses números são usados pelos técnicos como um indicativo seguro. O desmatamento em julho foi o pior mês da série histórica do Deter-B, com 2.254 Km² de alertas, representando uma alta de 278% em relação a julho de 2018. No período 01/08/2018 a 31/07/2019, o monitoramento indica um aumento de cerca de 50%. Se esse aumento for confirmado pelo Prodes, o desmatamento anual da Amazônia superará os 10 mil km².

Essa situação alcançou grande visibilidade no cenário nacional e internacional, convertendo-se num dos principais temas em destaque na mídia e na opinião pública no último mês. Mais recentemente, o problema foi motivo de preocupação dos governadores da Amazônia que expressaram na Carta de Palmas, divulgada no último 2 de agosto, “a preocupação com o avanço do

¹ O DETER é um levantamento rápido de alertas de evidências de alteração da cobertura florestal na Amazônia, feito pelo INPE. O DETER foi desenvolvido como um sistema de alerta para dar suporte à fiscalização e controle de desmatamento e da degradação florestal realizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e demais órgãos ligados a esta temática.

desmatamento ilegal na Amazônia”, ao mesmo tempo em que reafirmaram o compromisso com o desenvolvimento sustentável da região.

A recusa do governo do Presidente Jair Bolsonaro em aceitar os números do Inpe gerou uma crise que levou à exoneração do seu Presidente e agora o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, fala em contratar serviços privados para fazer o monitoramento do desmatamento da Amazônia, lançando acusações e suspeitas sobre a idoneidade do trabalho de monitoramento realizado por uma instituição científica mundialmente reconhecida.

Ao transformar o desmatamento da Amazônia em uma celeuma ideológica, a despeito da sua concretude enquanto fenômeno associado às decisões políticas do governo e dos agentes privados, o governo coloca em risco os avanços e conquistas do país em prol do desenvolvimento regional em bases sustentáveis, capaz de gerar riquezas e bem-estar para a população mantendo a floresta em pé.

Na prática, o discurso e a abordagem oficial sobre o problema estão eivados de permissividade com o velho e indesejável padrão de ocupação predatória da Amazônia, baseado na expansão desordenada da fronteira agrícola, na exploração criminosa dos recursos florestais e outras formas de extrativismo que solapam os ecossistemas e os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais. O governo ataca a política ambiental, rebaixa e desqualifica o papel do Ibama e do ICMBio, e avança com medidas que instigam e promovem o desmatamento.

Ademais, têm sido frequentemente divulgadas pela mídia notícias de redução do número de operações de fiscalização ambiental, bem como do número de autuações aplicadas. Equipes com atuação mais vigorosa, como o Grupo Especializado de Fiscalização do Ibama (GEF), sequer têm atuado em 2019.

A perda de controle sobre o desmatamento se contrapõe ao esforço do Parlamento brasileiro, que historicamente vem construindo, no contexto

do pacto federativo, um marco normativo regulador e indutor do desenvolvimento sustentável da Amazônia e outros biomas. Além disso, cabe à Câmara dos Deputados, especialmente por meio da CMADS, uma atenção especial sobre as consequências do desmatamento desenfreado sobre os compromissos do país no âmbito da agenda global para a sustentabilidade, a exemplo do Acordo de Paris e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por essas e outras razões, a nosso ver, não há como desvincular o quadro de desmatamento descontrolado da ação oficial do governo, ainda mais considerando-se denúncias de irregularidades praticadas por autoridades diretamente responsáveis pelo tema. Nesse sentido, entendemos que cabe à Câmara dos Deputados ativar os instrumentos legais que lhe permitem exercer seu papel de controle, assegurado expressamente na nossa Carta Magna.

Essas as razões que justificam a presente proposta de fiscalização e controle, iniciativa esta que necessita abranger as ações governamentais direcionadas não apenas à Amazônia Legal, mas a todos os biomas brasileiros. O Cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga, o Pampa, todos os nossos biomas, podem estar sofrendo consequências extremamente negativas derivadas da inação governamental e mesmo de ações explícitas que estimulam o desmatamento e a degradação ambiental.

Sala das Sessões, em 20 de agosto 2019.

Deputado Federal
Nilto Tatto PT/SP

FIM DO DOCUMENTO